



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
Subsecretaria de Captação de Recursos e Monitoramento

São Gonçalo, 03 de maio de 2024.

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo nº 14.824/2023

À Sra. Thais Teles Gomes

Presidente da CPL

Assunto: Resposta às contrarrazões apresentadas pela empresa **AGRAR CONSULTORIA E ESTUDOS TÉCNICOS S/C LTDA** ao recurso interposto pela empresa **Gradux do Brasil TTDA**, no que se refere à pontuação atribuída pela análise da capacidade técnica à primeira empresa, na licitação **CP/014/2023/PMSG (PROCESSO LICITATÓRIO nº 14824/2023)**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO** – Escolha da proposta mais vantajosa para a Administração visando o Trabalho Social de organização comunitária, educação sanitária e ambiental e de geração de trabalho e renda, através da mobilização, informação e participação das famílias, com vistas a promover autonomia e protagonismo social dos beneficiários, bem como suscitar a responsabilidade das intervenções físico-sociais e auto gestão do empreendimento Campo Belo, através do Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa I), localizado no bairro de Marambaia em São Gonçalo.

Prezada Senhora,

Retornamos os presentes autos com a análise e resposta das contrarrazões enviadas pela empresa **AGRAR CONSULTORIA E ESTUDOS TÉCNICOS S/C LTDA** referente ao edital **CP/014/2023/PMSG** que veicula licitação na modalidade Concorrência, regime de execução mista, empreitada por preço unitário, através do critério de melhor técnica e preço, cujo objetivo é escolha da proposta mais vantajosa para a Administração visando o Trabalho Social de organização comunitária, educação sanitária e ambiental e de geração de trabalho e renda, através da mobilização, informação e participação das famílias, com vistas a promover autonomia e protagonismo social dos beneficiários, bem como suscitar a responsabilidade das intervenções físico-sociais e auto gestão do empreendimento Campo Belo, através do Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa I), localizado no bairro de Marambaia em São Gonçalo.

O referido recurso foi analisado pela equipe social e jurídica havendo consenso nos fundamentos a seguir expostos.

A licitante AGRAR invoca que *“O recurso apresentado pela empresa GRADUX DO BRASIL LTDA menciona que a AGRAR CONSULTORIA E ESTUDOS TÉCNICOS, no que se refere à equipe técnica, não teria atendido ao solicitado no Edital por deixar de apresentar profissional para ÁREA SOCIAL, conforme tabela “PARÂMETROS E CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA” (...), alegando, contudo, que atendeu a todos os itens de qualificação técnica apresentando para tal os profissionais: (i) Glória Beatriz Gomes de Rezende para Coordenador e (ii) Silvia Helena Matos Brandão para Área Social.*

Aduz que encaminhou, através de aplicativo *whatsapp*, questionamento à servidora Responsável Técnica com o seguinte conteúdo:

“Para atendimento ao item do edital “parâmetros e critérios para julgamento da qualificação técnica” entendo que seja necessário apresentar apenas 1 coordenador para atender aos itens 2.1 e 2.2 apesar de estarem separados por pontuação, está correto meu entendimento?”

Não obstante a resposta tenha sido positiva, há que se considerar os ruídos que frequentemente ocorrem nesse tipo de comunicação e que é possível que a Sr^a Responsável Técnica tenha interpretado o questionamento de forma equivocada. Com efeito, não pode um mesmo profissional ocupar a função de coordenador descrita no item 2.1 e a função do coordenador descrita no item 2.2.

Sendo assim, embora seja possível um mesmo profissional técnico ter experiência comprovada como responsável técnico de Projeto de Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida (item 2.1) e ainda experiência profissional como responsável técnico de Projeto de Trabalho Social de Urbanização em área de baixa renda (item 2.2), segundo o edital as referidas funções de coordenador devem recair em profissionais distintos, exigência que é corroborada, inclusive, pelo cronograma físico-financeiro anexo ao Edital, o qual prevê etapas nas quais os itens 2.1 e 2.2 serão realizados de forma simultânea.

No entanto, é sabido que todo e qualquer questionamento deve ser formalizado à Comissão Permanente de Licitação que, após análise, apresenta resposta, notificando as demais licitantes, assegurando, assim, o princípio da isonomia e igualdade de condições entre os licitantes.

Portanto, se porventura a Responsável Técnica houver interpretado o questionamento da empresa AGRAR de forma equivocada, não deveria ter respondido ao questionamento direto e informal feito pela licitante, devendo reportar-se tão somente ao Edital.

Com efeito, os critérios para atribuição de pontuação relativos à análise técnica estão elencados no Edital de forma clara o suficiente para orientação e entendimento de todas as licitantes, sendo, pois, o único instrumento que deve nortear a conduta das licitantes ao longo do certame, em respeito aos princípios da impessoalidade e publicidade dos atos da Administração

Pública.

Isso posto, considerando que não há que se falar em interpretação diversa da que consta no Edital CP/014/2023/PMSG que encerra todas as regras relativas à licitação em tela, e ratificando que todo e qualquer questionamento deve ser formalizado à Comissão Permanente de Licitação, pugnamos pelo indeferimento das contrarrazões apresentadas pela empresa AGRAR CONSULTORIA E ESTUDOS TÉCNICOS S/C LTDA ao recurso interposto pela empresa Gradux do Brasil TTDA, no que se refere à pontuação recebida pela análise da capacidade técnica, mantendo-se, pois, a pontuação atribuída à empresa após a verificação de erro material e consequente retificação, qual seja, 70 (setenta) pontos, em razão da não apresentação do profissional Coordenador 2, permanecendo, portanto, habilitada.

Reiteramos o comprometimento da SEMGIPE em trabalhar em benefício de uma gestão pública de qualidade e agradecemos o suporte e cooperação de todos em prol do município de São Gonçalo.

São Gonçalo, 03 de maio de 2024.

MARIA GABRIELA BESSA
Secretária Municipal de Gestão Integrada
e Projetos Especiais
Mat. 124.548



Documento assinado eletronicamente por **Maria Gabriela Bessa da Silva**, **Secretária Municipal**, em 03/05/2024, às 14:57, conforme art. 3º, II, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sei> informando o código verificador **0697771** e o código CRC **FFA9A52D**.

Avenida Presidente Kennedy, 721 - Bairro Estrela do Norte, São Gonçalo, RJ, CEP 24445-795